



PROCESSO N.º : 2016002273
INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO
ASSUNTO : Veta integralmente o autografo de lei n. 252, de 16 de junho de 2016.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre Oficio Mensagem n. 772, de 13 de julho de 2016, de autoria da Governadoria do Estado, comunicando esta Casa que, apreciando o autógrafo de lei n. 252, de 16 de junho de 2016, resolveu, com fundamento no § 1º o art. 23 da Constitui o do Estado, vet -lo integralmente.

Conforme comprova a certidão de folha retro, o veto foi realizado tempestivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, como determina o § 1º do art. 23 da Constitui o Estadual.

De iniciativa parlamentar, a proposi o legislativa que resultou no autógrafo de lei integralmente vetado institui a Semana Estadual da Conscientiza o ao Tabagismo no Trânsito.

O autógrafo de lei vetado tem como objetivo levar aos alunos das unidades escolares de trânsito, motoristas e popula o em geral informa es sobre os malefícios de se fumar dentro de veículos.

O veto foi oposto sob o fundamento de que autógrafo de lei   contrário ao interesse público e ao ordenamento jurídico vigente, tendo em vista que, segundo a Resolu o n. 30, de 21 de maio de 1998, do CONTRAN, a qual dispoe sobre campanhas permanentes de segurança no trânsito a que se refere o art. 75 do Código de Trânsito Brasileiro, as campanhas educativas para o trânsito devem ser desenvolvidas em torno de temas específicos relacionados com os fatores de risco e com a produ o dos acidentes de trânsito.



O DETRAN, por meio de despacho/GP n. 361/2016 entendeu ser inconveniente o tema da campanha, tendo em vista que liga-se   área de saúde pública, não tendo relação direta com fatores de risco ou com a produção de acidentes de trânsito.

Entendemos, porém, que o veto deve ser rejeitado.

De fato, o tabagismo no trânsito não se liga, necessariamente, a produção de acidente de trânsito. Ocorre que a resolução n. 30, de 21 de maio de 1998, do CONATRAM, que regulamenta o art. 75 do Código de Trânsito, não restringe as campanhas permanentes pela segurança de trânsito a temas relacionados à acidentes de trânsito, mas também aos fatores de risco, conforme se v e no art. 1  da referida Resolução, o qual preceitua que:

*Art. 1  O Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN propor  ao CONTRAN a promoção de campanhas permanentes pela segurança do trânsito, em âmbito nacional, as quais serão desenvolvidas em torno de temas específicos relacionados com os **fatores de risco** e com a produção dos acidentes de trânsito.*

Os fatores de risco em comento são detalhados no art. 2 , o qual exemplifica alguns deles, deixando claro que o rol não prejudica outros possíveis fatores.

Diante disso, a despeito do tema da referida campanha não tratar especificamente de acidente de trânsito, trata de um tema bastante pertinente, uma vez que o ar poluído pela fumaça do cigarro tem três vezes mais nicotina, monóxido de carbono e até 50 vezes mais substâncias cancerígenas do que a fumaça tragada pelo fumante ativo. Por conta desse veneno, os fumantes passivos ocupam o terceiro lugar na lista de mortes evitáveis da OMS, atrás do consumo excessivo de álcool.

É sim um caso de saúde pública, mas que pode ser apreciado no âmbito da legislação de trânsito, tendo em vista o hábito de se fumar no trânsito,



submetendo, além de sua própria saúde, a saúde das demais pessoas, situação que se agrava devido ao ambiente pequeno e restrito do automóvel.

Por isso, não há carência de adequação legal, tendo em vista que a norma citada não deve ser interpretada de forma restritiva, já que a mesma não limita o alcance das campanhas permanentes pela segurança de trânsito aos temas citados.

Constata-se, ante o exposto, que autógrafo de lei em exame é perfeitamente compatível com o sistema constitucional vigente.

Por tais razões, somos pela **rejeição** do veto. É o relatório.

SALA DAS SESSÕES, em 16 de agosto de 2016.

Deputado Simeyzon Silveira
Relator

Rbp/Lpc